

#SOMOSTODOSSOFTWAREHOUSE

ARQUITETURA FISCAL

MUITO ALÉM DE UM CURSO... UMA JORNADA JAMAIS VISTA ANTES!



**DOCUMENTOS FISCAIS
ELETRÔNICOS**



**REGRAS DE
TRIBUTAÇÃO**

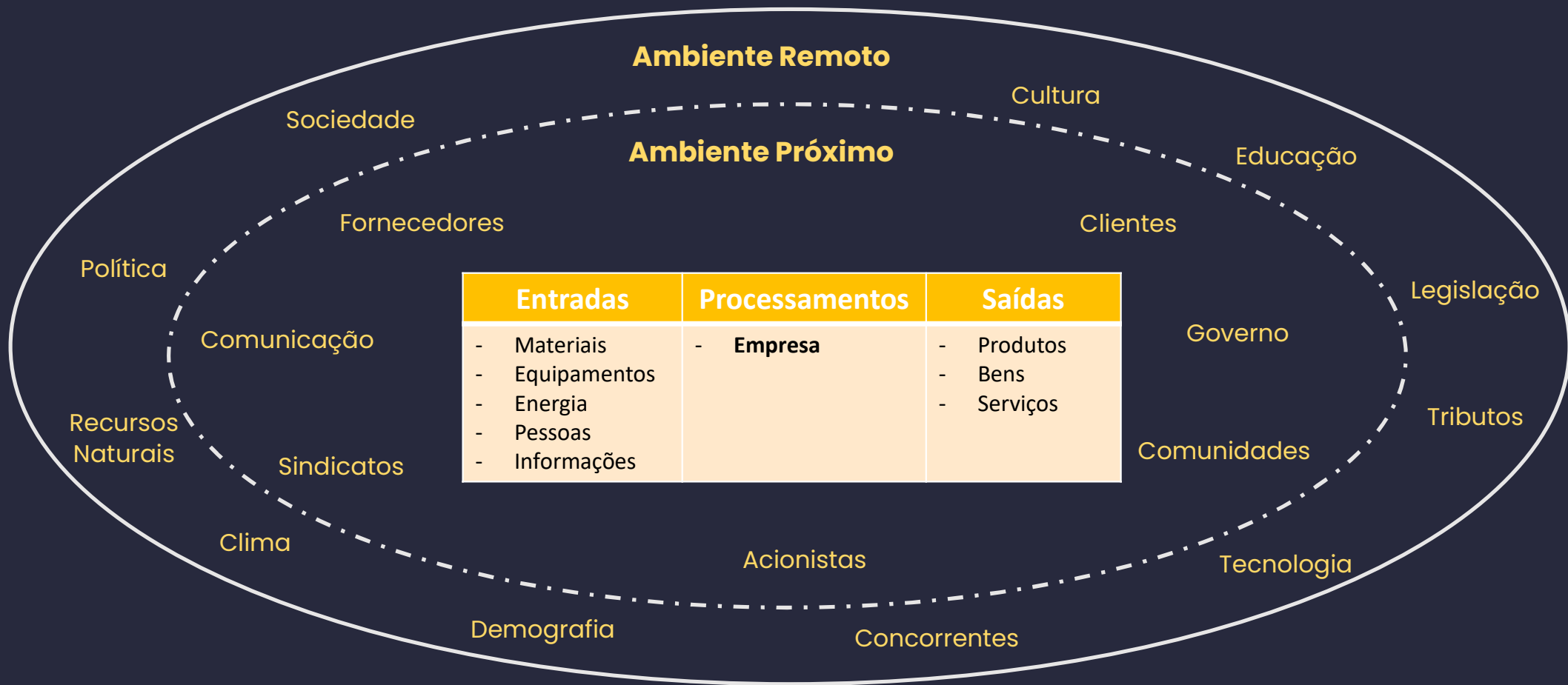


**ARQUITETURA DE
SOFTWARE & API**

1 – Arquitetura Tributária Brasileira

- Tributos
- Naturezas/Tipos de Empresas
- Regimes de Incidências e Enquadramento
- Crimes contra ordem tributária (Crimes Fiscais)

Interação: Empresas x Sociedade x Governo → {Tributo}



1 – Arquitetura Tributária Brasileira

- O governo supre as necessidades sociais com receitas de diversas fontes, sendo a principal delas a arrecadação tributária.
- A majoração ou redução de tributos reflete diretamente na economia como um todo.

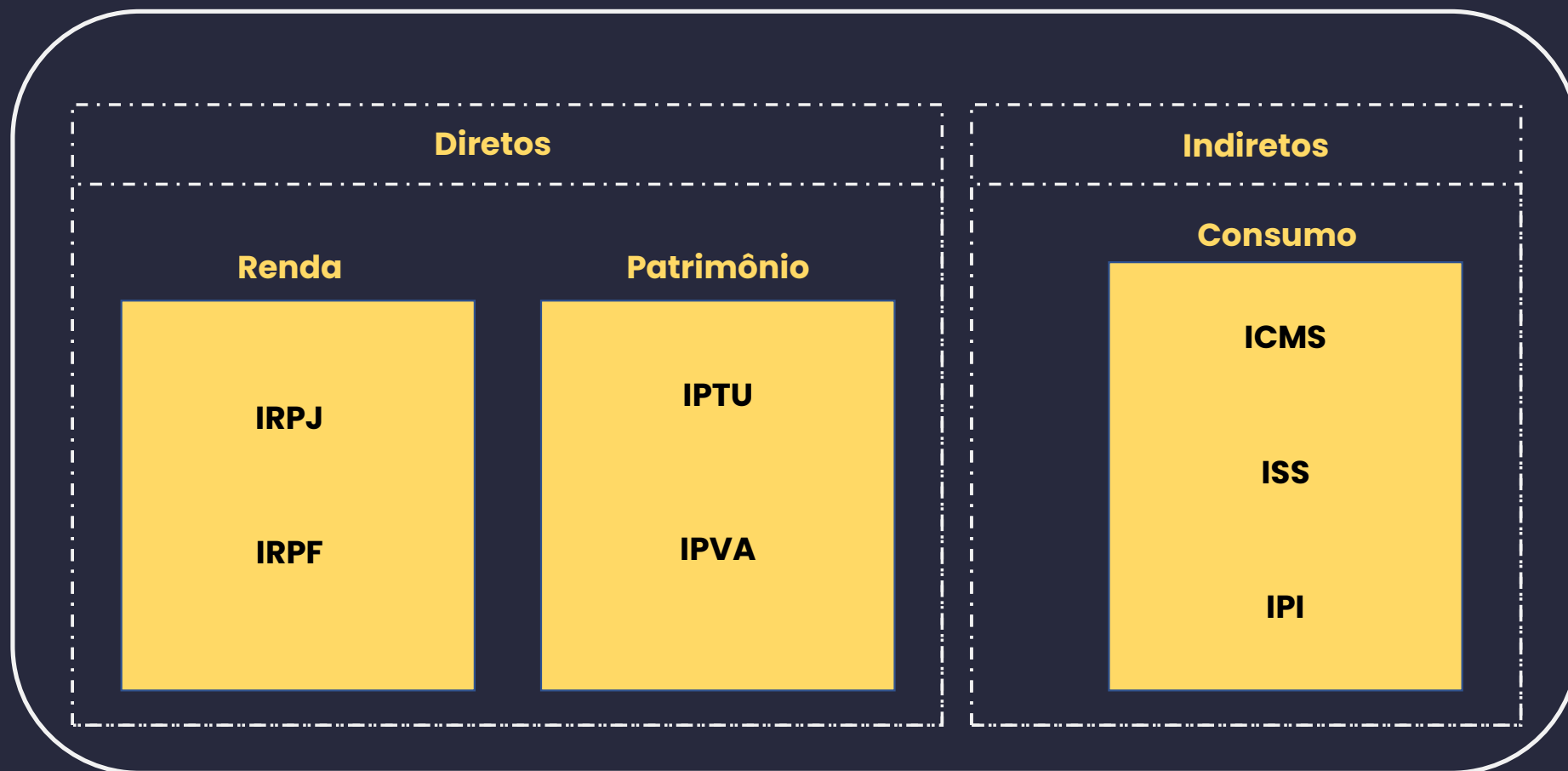
Classificação

Tributo	Base legal
Impostos	Artigo 145, inciso I da CF
Taxas	Artigo 145, inciso II da CF
Contribuições de Melhoria	Artigo 145, inciso III da CF
Empréstimos compulsórios	Artigo 148 da CF
Contribuições	Artigos 149 e 195 da CF

OBS: CTN = Código Tributário Nacional

Códigos são as normas que reúnem em uma única lei várias regras sobre o mesmo ramo do direito. A ideia de um código é dar unicidade às regras pertencentes ao ordenamento jurídico sobre determinado tema. Assim, como exemplo temos o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código Tributário Nacional etc.

Impostos



Competências

Competência	Tributos
União (Federal)	Importação(II), Exportação(IE), Renda(IR), Industrializados(IPI), Crédito/Câmbio/Seguro(IOF), Rural(ITR), Fortunas(GF), Compulsórios, Residuais, melhorias, taxas, previdenciário
Estados	Circulação de Mercadoria/Transporte/Comunicação(ICMS), Mortis/Doação(ITCMD), Veículos(IPVA), previdenciário, taxas, contribuições
Municípios	Predial(IPTU), Serviços(ISS), Transferência de Imóveis(ITBI), previdenciário, taxas, contribuições



Fato Gerador

Situação definida em lei que caracteriza o nascimento da obrigação tributária

Instantâneo = no momento em que ocorre o fato gerador

Ex: ICMS, IPI, ISS

Periódico = ocorre em um lapso temporal mais longo

Ex: IR (Trimestral ou Anual)

Continuado = são ininterruptos e duráveis ao longo do tempo

Ex: IPTU, IPVA



Contribuinte

Pessoa obrigada ao pagamento do tributo

De fato = relação direta com o fato gerador

Ex: Lojista e o ICMS

Responsável = obrigação de reter, declarar e repassar, SEM TER A OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Ex: Tomador de serviço prestado e o ISS e demais retenções



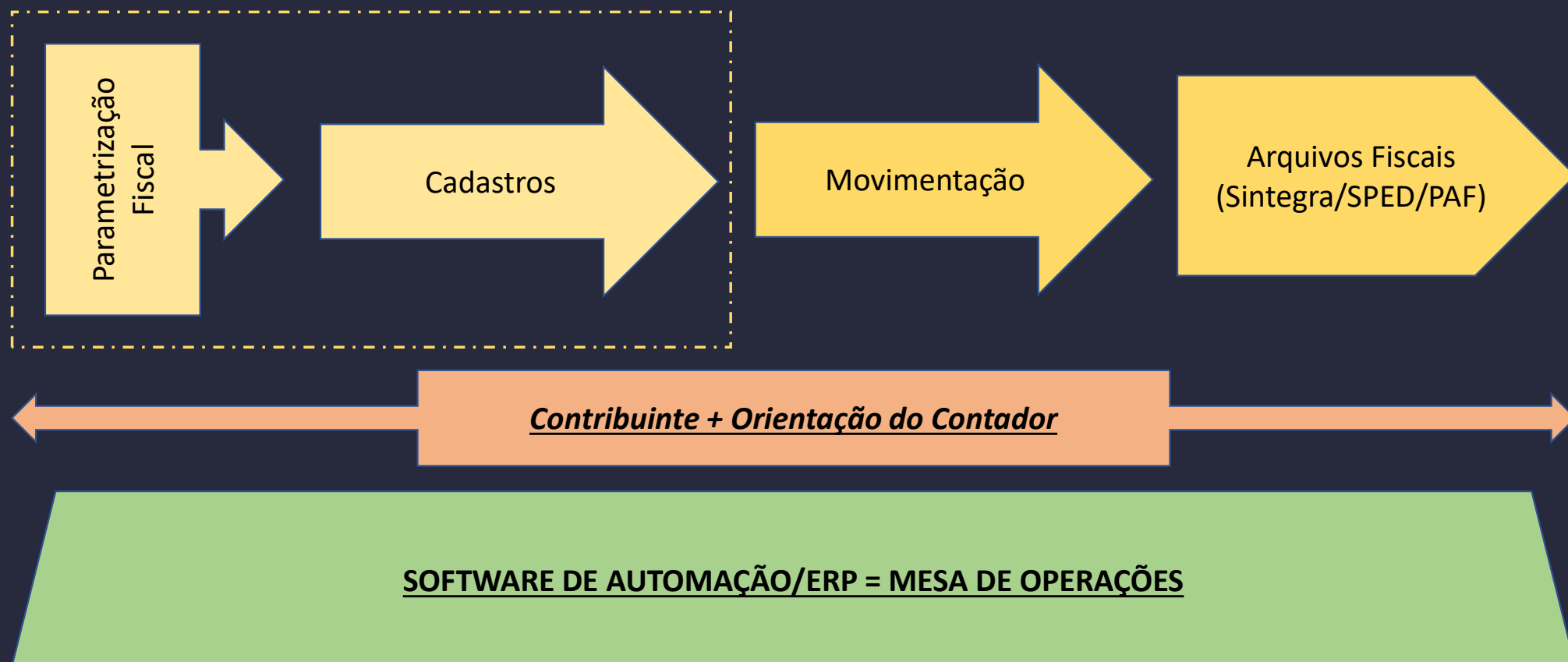
Escrituração Fiscal

Ato que classifica, reclassifica e armazena arquivos fiscais, assim como livros fiscais decorrentes das entradas e saídas da empresa, fornece informações para o recolhimento dos tributos sobre faturamento, resultado ou patrimônio.

Polêmica: Quem deve gerar os arquivo do SINTEGRA, SPED FISCAL, SPED CONTRIBUIÇÕES etc.?

Resposta: A obrigação e responsabilidade primária da entrega **É DO CONTRIBUINTE!!**

Fluxo



Responsabilidades



Contador = Orienta a parametrização fiscal, orienta e revisa o cadastro fiscal dos produtos suporte fiscal nas operações, validação e intervenção nos arquivos fiscais (quando necessário)



Contribuinte = Utilizar o produto de software seguindo as orientações fiscais do seu contador, e as orientações operacionais da software house



Software House = Dispor dos recursos de software para os inputs, processamentos e outputs necessários, para que o contribuinte realize suas operações conforme as orientações fiscais do contador

Tipos de Empresas – Atividades

Indústria: Empresa que modifica a natureza, o funcionamento, finalidade ou aperfeiçoe para o consumo, em cima de matérias-primas, produtos intermediários ou importe na obtenção de espécie nova.

Ex: Transforma, beneficia, monta, recondiciona etc.

Comércio: Empresa que basicamente REVENDE produtos/mercadorias produzidos por terceiros

- **Comércio Atacadista** = Vende em grandes quantidades, vendem para outras lojas revenderem
- **Comércio Varejista** = Vende direto no VAREJO, ou seja, para o consumidor final

Serviço: Empresa que executa uma atividade contratada

OBS: Empresas de Transporte e Comunicação (Serviços tributados como mercadoria)



Para Fins de Tributação

Empresas com 1 único sócio

SLU(Eireli): Empresa Individual, de responsabilidade limitada, onde o patrimônio pessoal do empresário não se funde ao da empresa (CPF x CNPJ).

OBS: Em junho de 2021 a EIRELI virou SLU (Sociedade Limitada Unipessoal). Dispensa os 100 salários mínimos.

Empresa Individual: Empresa Individual, de responsabilidade ilimitada do empresário, onde o patrimônio pessoal do empresário se funde ao da empresa. Leva o nome do empresário.

Micro Empreendedor Individual (MEI): Legalização da informalidade, com um CNPJ diretamente ligado ao CPF, e fins de previdência social ao informal. Faturamento anual em 2021 passou e 81mil para 130mil.

- R\$56,00 para Comércio ou Indústria (R\$55,00 de INSS + R\$1,00 de ICMS);
- R\$60,00 para Prestação de Serviços (R\$55,00 de INSS + R\$5,00 de ISS);
- R\$61,00 para Comércio e Serviços (R\$55,00 de INSS + R\$1,00 de ICMS + R\$5,00 de ISS).

Para Fins de Tributação

Sociedade Simples: Finalidade de explorar atividade de serviço intelectual (científico/literário/artístico). No mínimo 2 pessoas e respondem ilimitadamente.

Ex: Sociedade entre médicos, dentistas ou advogados. Participação do sócio na atividade.

Sociedade Empresária: Exerce atividade econômica por meio da empresa, não necessariamente pelos sócios.

Empresas com sociedade (sócios)

Sociedade Empresária

Nome
Coletivo

Comandita
Simples

Limitada
LTDA

Anônima
S/A

Comandita
por Ações

Aprovação
Governo

Sem fins
Lucrativos



Enquadramento Tributário

Possibilidade legal de uma empresa optar ou não por determinada forma de apuração e recolhimento de alguns tributos.

Simples Nacional: Recolhe os tributos unificados em uma única guia, em um único vencimento, com alíquotas menores, porém com limite no faturamento e vedação de algumas atividades para essa condição.

Lucro Presumido: Baseado na PRESUNÇÃO do lucro, mas impossibilitado de alguns benefícios fiscais.

Lucro Real: Empresa que apura o real lucro no período, com dedução de incentivos fiscais, porém em alíquotas maiores.

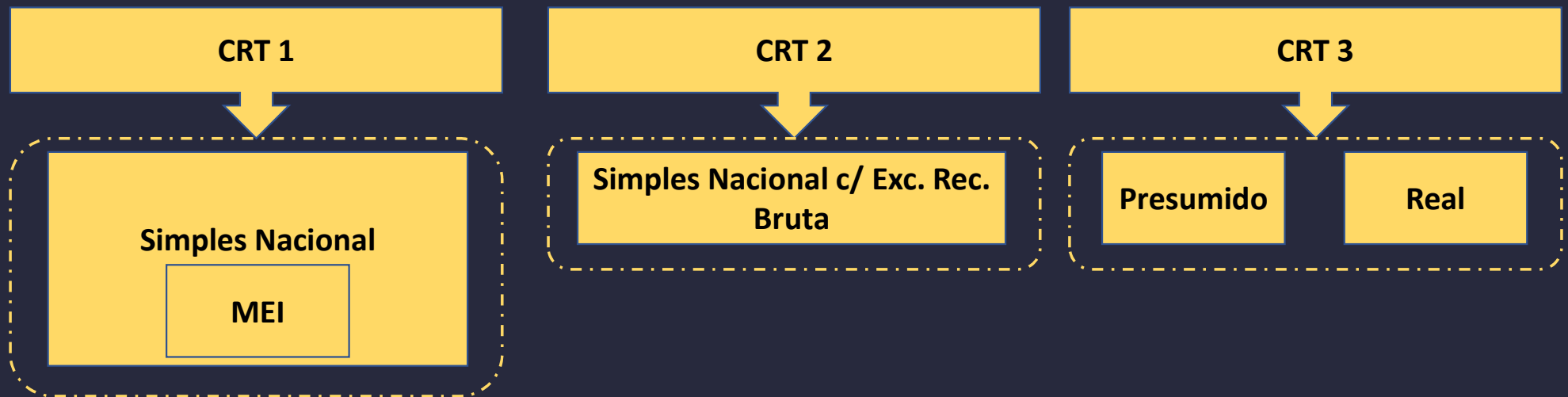
Lucro Arbitrado: Apuração do tributo IRPJ é arbitrada pela RFB. Geralmente após perícias.

CRT – Código de Regime Tributário {e-DOC}

CRT 1 – Simples Nacional

CRT 2 – Simples Nacional com Excesso de Receita Bruta

CRT 3 – Regime Normal



Crimes Fiscais

Reclusão	Crime
2 a 5 anos	<ul style="list-style-type: none">- Omissão de informação ou declaração falsa- Fraudar a fiscalização com elementos- Falsificação de documento fiscal- Utilização de documento fiscal falso/fraudado- DEIXAR DE FORNECER DOCUMENTO FISCAL QUANDO DEVIDO
6 meses a 2 anos	<ul style="list-style-type: none">- Declaração falsa sobre rendas e bens- Deixar de recolher tributos na qualidade de sujeito passivo- Receber pra si parcela dedutível como incentivo fiscal- UTILIZAR PROGRAMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS QUE PERMITA INFORMAÇÃO DIVERSA à FAZENDA PÚBLICA
Base Legal	Lei 8.137 de 27/12/1990

Crimes Fiscais

Fornecedores de softwares de emissão de documentos fiscais podem ser penalizados por sonegação

By e-Auditoria | 03/03/2020 | Coluna Diária de Notícias |  Like |

Decreto 384/2020 DOE-MT

"Art. 41-A. São, ainda, responsáveis solidários, respondendo solidariamente com o usuário: (cf. art. Art. 18-D da Lei nº 7.098/1998, acrescentado pela Lei nº 11.081/2020 - efeitos a partir de 15 de janeiro de 2020)

I - todo aquele que tiver desenvolvido, licenciado, cedido, fornecido, instalado, alterado ou prestado serviço de manutenção a programas ou aplicativos que possibilitem inobservância de disposição da legislação tributária pertinente ao referido programa ou aplicativo, abrangidas a fraude, simulação, adulteração, sonegação de imposto e outros vícios que impliquem efeitos fiscais, quando utilizados:

- a) na emissão de documento fiscal eletrônico ou de documento auxiliar de documento fiscal eletrônico;
- b) na escrituração fiscal digital;
- c) em outros dispositivos eletrônicos de controle fiscal;

 MENU

 G1

SANTA CATARINA



17/03/2017 15h36 - Atualizado em 17/03/2017 15h43

Presos na Operação F7 atuavam em empresa de software de Rio do Sul

Sócios e funcionários da Delsoft foram detidos na quinta-feira (16). Empresa diz não ter controle sobre uso de programa após a venda.

Seções ESTADO DE MINAS Gerais

Operação apura sonegação milionária com uso de software em empresas em MG

Programa de computador simulava descontos em cupons fiscais para reduzir o ICMS. Estima-se que o prejuízo aos cofres públicos nos últimos cinco anos ultrapasse R\$ 3 milhões

17/09/2019 11:29 - atualizado 17/09/2019 11:44

Jusbrasil

Todos Pesquisar no Jusbrasil

Home Consulta Processual Doutrina Jurisprudência Artigos Notícias Diários Oficiais Modelos Legislação

Adicione tópicos

Software de restaurante permite sonegar

0 0 COMENTAR | 0 SALVAR    

 Publicado por Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia há 12 anos 1.793 visualizações

FÁTIMA FERNANDES / CLAUDIA ROLLI

Um dos softwares mais usados em bares e restaurantes do Brasil é suspeito de ser utilizado para ocultar parte da receita e sonegar imposto.

#SOMOSTODOSSOFTWAREHOUSE

ARQUITETURA FISCAL

MUITO ALÉM DE UM CURSO... UMA JORNADA JAMAIS VISTA ANTES!



**DOCUMENTOS FISCAIS
ELETRÔNICOS**



**REGRAS DE
TRIBUTAÇÃO**



**ARQUITETURA DE
SOFTWARE & API**